

# Professor-propositor: a curadoria como estratégia para a docência on-line

*Daniel de Queiroz Lopes\**

*Luis Henrique Sommer\*\**

*Saraí Schmidt\*\*\**

## Resumo

Frente à constante transformação do cenário tecnológico, ao invés da formação focada no uso aplicado e restrito das tecnologias digitais, é preciso criar e disseminar metodologias que se articulem aos saberes e práticas próprias da docência, articulando proposições teóricas e epistemológicas que não sigam o ritmo de obsolescência imposto pelo mercado tecnológico. O presente ensaio teórico visa apresentar e constituir uma discussão em torno da ideia de curadoria como um conceito e uma estratégia para a docência on-line no sentido de favorecer práticas de ensino e de aprendizagem a favor da autoria docente e da socialização dos saberes. Numa perspectiva teórico-metodológica, consideramos a comunicação, a mobilidade, o hibridismo tecnológico e a liberação do polo da emissão como elementos chave que podem sustentar a curadoria como prática de socialização e mediação de saberes, carregando de potência as experiências de aprendizagem no contexto da educação on-line.

**Palavras-chave:** Curadoria; Tecnologias digitais; Docência; Educação On-line; Práticas Pedagógicas.

---

\* Doutor em Informática na Educação (PGIE/UFRGS); Professor-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação, Escola de Humanidades, UNISINOS.

\*\* Doutor em Educação (PPGEDU/UFRGS), Professor-pesquisador da área de Sociologia da Educação, Departamento de Estudos Básicos, Faculdade de Educação da UFRGS.

\*\*\*Doutora em Educação (PPGEDU/UFRGS); Professora-pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Inclusão Social e Diversidade Cultural e do Curso de Mestrado em Processos e Manifestações Culturais, Universidade FEEVALE.

## Abstract

Faced with constantly changing technological scenario, instead of training focused on applied and restricted use of digital technologies, it is necessary to create and disseminate methodologies that are linked to their own knowledge and practices of teaching, combining theoretical and epistemological propositions that do not follow the pace of technological obsolescence imposed by the market. This theoretical essay aims to present and provide a discussion around the idea of curatorship as a concept and a strategy for online teaching in order to improve teaching and learning practices in favor of teachers authoring and socialization of knowledge. In a theoretical-methodological perspective, we consider communication, mobility, technological hybridism and release of emission pole as key elements that could sustain curatorship as a practice of socialization and mediation of knowledge, enhancing the learning experiences in the context of online education.

**Keywords:** Curatorship; Digital technologies; Teaching; On-line Education; Pedagogical Practices.

## Resumen

Ante a la transformación constante del escenario tecnológico, en lugar de la formación centrada en el uso aplicado y restringido de las tecnologías digitales, es necesario crear y difundir metodologías que estén vinculadas a sus propios conocimientos y prácticas docentes, la combinación de propuestas teóricas y epistemológicas que no siguen el ritmo de obsolescencia tecnológica impuesta por el mercado. Este trabajo teórico tiene como objetivo presentar y proporcionar una discusión en torno a la idea de curaduría como un concepto y una estrategia para la docencia online, para favorecer las prácticas de enseñanza y de aprendizaje en favor de la autoría docente y la socialización de los saberes. Desde una perspectiva teórico-metodológica, consideramos que la comunicación, la movilidad, la hibridez tecnológica y la liberación del polo de emisión como elementos clave que pueden sustentar la curaduría como práctica de socialización y mediación de los saberes, llevando potencia a las experiencias de aprendizaje en el contexto de la educación online.

**Palabras-clave:** Curaduría; Tecnologías Digitales; Enseñanza; Educación en Línea; Prácticas Pedagógicas.

## Introdução

O atual estágio de desenvolvimento das tecnologias digitais nos leva a acreditar num futuro promissor no sentido da ampliação das possibilidades de participação do cidadão. No entanto, para que essas possibilidades não sejam restringidas por interesses estritamente econômicos, é urgente que essa discussão seja tomada por educadores e gestores de instituições educacionais. Não são poucas as iniciativas de transformar a internet em espaço mais focado no consumo do que lugar de socialização, capaz de potencializar a participação social propositiva e criativa. Também observamos seguidas investidas dos legisladores, guiados pelos interesses comerciais das grandes corporações e/ou das políticas antidemocráticas e conservadoras, em normatizar e regular os fluxos de interação e comunicação através da *Web*, de forma a limitar os modos de produção característicos da cultura digital – a remixagem, a autoria compartilhada e aberta, o hibridismo, o ativismo, entre outras. Esse modo de produção é, muitas vezes, entendido como contrário aos valores e regras do mercado econômico, historicamente pautado por uma ideologia paternalista, hierárquica e concentradora das riquezas, sejam elas simbólicas ou materiais. Nesse sentido, é incompreensível e inaceitável às grandes corporações – e incluímos aqui as corporações educacionais – que os bens simbólicos que circulam na *Web* não sejam transformados em mercadoria, fato que pode ser constatado pela batalha acirrada que tem sido travada na internet pela captura de usuários e constituição das redes sociais digitais, bem como no âmbito educacional, pela busca de possíveis alunos para a crescente oferta de educação a distância – EaD.

O acesso à internet como um direito e não um privilégio tem pautado as discussões sobre a sociedade contemporânea. Um relatório da ONU de 2011 (THURLER, 2011) postula o acesso à internet como um direito no âmbito da informação e comunicação, logo, os países que não possuam políticas que garantam o acesso estariam violando direitos humanos. Nesse contexto, como podemos pensar a educação brasileira? No que se refere à escola pública, é notório o crescente aparelhamento desses espaços com computadores, *netbooks*, *tablets* e cursos

de capacitação para o uso pedagógico desses equipamentos (EDUCOM, PROINFO, PROUCA, Programa Banda Larga nas Escolas, Programa Província de São Pedro, entre outros). Mais recentemente, vemos intensificadas as iniciativas governamentais e discussões que se orientam a partir de modelos de saturação, mais conhecidos como modelo 1:1 (um computador por aluno e professor).

Em termos gerais, a ideia que perpassa e justifica a adoção desse modelo é a de que a saturação dos contextos sociais (redes educacionais, cidades, Estado, região) seria uma forma de promover o desenvolvimento tecnológico, seja nas esferas técnica, pedagógica ou cultural. As diversas demandas advindas da saturação de uma região com dispositivos digitais, no entendimento dos promotores do modelo 1:1, dariam conta de acelerar a produção de conhecimento por meio da constituição de redes de aprendizagem e colaboração entre os agentes envolvidos. No entanto, até o momento, as primeiras iniciativas de implementação do modelo 1:1, no Brasil, têm esbarrado nos problemas da infraestrutura de acesso à internet. A baixa velocidade disponibilizada nas escolas públicas tem sido apontada como um dos maiores entraves, não atendendo ao princípio da conectividade (LEMOS, 2009) que demanda esse modelo de saturação. Dessa forma, o que se tem são experiências mais isoladas no contexto das próprias escolas, sem que sejam exploradas as possibilidades que oferece, por exemplo, o recurso da mobilidade inerente aos dispositivos digitais portáteis.

A reconfiguração – outro princípio proposto por Lemos (2009) – desses contextos, de fato, tem ficado aquém das expectativas, já que não tem sido possível perceber transformações mais profundas no âmbito das práticas pedagógicas, dos regimes de tempo, de espaço e do próprio currículo. Por diversos motivos, inclusive a insegurança em relação ao deixar *laptops* – bens públicos – com alunos, os resultados se assemelham aos modelos com base na utilização dos laboratórios de informática educativa (LIE). Ou seja, as experiências provocadas pelo modelo 1:1 não têm se distinguido daquelas relacionadas ao uso de computadores *desktop*. Por outro lado, o benefício mais evidente que o

modelo 1:1 tem trazido diz respeito à superação do modelo de uso compartilhado dos LIE, geralmente restritos no sentido de atender a toda uma comunidade escolar. Além disso, a saturação local, vinculada ao contexto das escolas, tem produzido movimentos internos diversificados no sentido de aprender a usar os *netbooks* e seus recursos, principalmente por parte dos alunos, que compartilham suas descobertas rapidamente – por exemplo, maneiras de operar o equipamento, ou um link para um website de jogos.

De qualquer forma, apesar de superar a questão do agendamento e da necessidade de ampliação dos espaços, o modo de uso dos *laptops* tem se dado de forma semelhante ao uso dos computadores *desktop*. Nesse sentido, pela ausência ou baixa qualidade da conexão à internet, esses dispositivos digitais são subutilizados em termos das possibilidades de comunicação – importante para a constituição das redes de aprendizagem *intra* e *extranet* – e de mobilidade – importante para a reconfiguração dos espaços de socialização e aprendizagens extraclasse. Ao invés de produzir sinergia em âmbito mais coletivo, permanecem as práticas isoladas, não compartilhadas, cujos lugares e práticas de leitura e escrita dos agentes locais seguem sendo individualizados, e a internet sendo utilizada apenas como um repositório de informações a serem consumidas. De qualquer forma, continuam os investimentos dos governos na adoção do modelo de saturação tecnológica, tendo os *tablets* como novidade, principalmente pela possibilidade de portar material didático na forma de *e-books*, além do acesso aos denominados objetos de aprendizagem publicados nos portais educacionais, como o Portal do Professor<sup>1</sup> e o Portal do Aluno.<sup>2</sup>

O cenário promissor que se apresenta em termos das possibilidades oferecidas pelos recursos tecnológicos digitais atuais e os modelos de saturação implementados não parecem suficientes para provocar as transformações desejadas em relação tanto às práticas pedagógicas quanto aos movimentos voltados para a inclusão digital a partir das escolas. Da mesma forma, podem

---

<sup>1</sup> <http://portaldoprofessor.mec.gov.br>

<sup>2</sup> <http://www.portaldoaluno.org.br/>

vir a ser absorvidos ou capturados pelas propostas e ideologias mais dirigidas para o fomento de práticas voltadas apenas para o consumo – de informações, produtos e conteúdos curriculares.

No que se refere a uma participação propositiva, é notório o distanciamento das instâncias que elaboram e implementam tais políticas de aparelhamento das escolas e universidades em relação aos professores e seus respectivos espaços de formação, seja no âmbito das licenciaturas, seja na formação em serviço que tem ficado a cargo das secretarias e coordenadorias pedagógicas. As estratégias de formação de professores dificilmente levam em consideração esse novo cenário social, político e pedagógico, tanto para a atuação no setor público quanto no privado. O aparelhamento com tecnologias digitais, seguido de cursos voltados para “o uso de...”, parece não estar sendo orientado a partir da perspectiva de professores autores, mas sim consumidores – de apostilas, de websites, de planos de ensino on-line, roteiros e instruções programadas, softwares para o *reforço* e a *memorização* etc. Ao contrário, o cenário apresentado tem favorecido a ideia de educação e ensino *fast-food*, como já apontava Gentili (2000) e outros na virada do século XXI.

No caminho da automação de processos e rotinas, a educação a distância parece enfrentar o maior desafio para superar essa perspectiva. O encurtamento do tempo de graduação e a precarização da atividade docente (LAPA e PRETTO, 2010) respondem a uma demanda crescente por diplomação, muitas vezes sem considerar a dimensão mais ampla da educação e da própria profissão docente. A aceleração – de processos, de resultados e produtos – que tem norteadado as políticas e práticas envolvendo as tecnologias digitais na educação tem sido questionada em relação aos seus efeitos para com a profissão docente e a própria subjetividade do professor.

Como superar essa perspectiva que situa a aprendizagem *on-line* fundamentada apenas no consumo de informações? Como criar condições para que, através da comunicação *on-line*, as aprendizagens sejam entendidas ou significadas como prática social? Como pensar a ação docente a favor da desaceleração e da autoria? O presente ensaio tem o propósito de apresentar e

constituir uma discussão em torno da ideia de *curadoria* como um conceito e uma estratégia para a docência *on-line* no sentido de favorecer práticas de ensino e de aprendizagem a favor da autoria docente e da socialização dos saberes.

Essa discussão integra o contexto de uma pesquisa financiada pela CAPES/CNPq e FAPERGS relacionada ao modelo 1:1, particularmente, o adotado pelo Programa Província de São Pedro (SEDUC-RS), que tem investido no aparelhamento das escolas gaúchas com *tablets* e *netbooks* e na formação continuada de professores. Desenvolveremos a discussão com base na análise da potência do hibridismo digital e a mobilidade proporcionada pelos *tablets* e *laptops* como suporte para a atividade de curadoria em contextos educacionais formais e não formais, e, especialmente, na educação *on-line*.<sup>3</sup>

## A curadoria como possibilidade pedagógica

O tema da curadoria é bastante amplo no campo das artes, sendo inclusive objeto de pesquisa na pós-graduação da área. Não temos a pretensão de esgotá-lo no espaço deste ensaio, mas sim trazer alguns elementos que consideramos importantes para pensar alguns conceitos-chave para a proposta de pesquisa que desenvolvemos junto a instituições de ensino que receberam *tablets* para uso pedagógico. Não é nossa intenção também explorar o campo da docência e da aprendizagem em educação artística, mas sim problematizar a ideia de mediação cultural na perspectiva da constituição de uma metodologia de pesquisa-intervenção que favoreça a socialização através dos meios digitais, aqui entendida como a participação ativa e propositiva nas redes socioculturais contemporâneas.

---

<sup>3</sup> A perspectiva de se discutir *educação on-line* (SILVA, 2003; SANTOS, 2010) ao invés de *educação a distância*, surge na premência de se superar a dicotomização que a questão presencial *versus* distância tem pautado. Uma vez que a perspectiva do estar *on-line* impõe novas modalidades de mediação e de participação, trata-se mais de discutir os desafios da docência em relação aos processos culturais e comunicacionais – que envolvem, por exemplo, a dialogicidade e a produção de sentidos, o massivo e o pós-massivo – do que a simples *entrega* de conteúdo didático, *aplicação* de instrumentos de avaliação e o *controle* da frequência – que tem norteado grande parte das discussões envolvendo a EaD.

A curadoria é uma prática comum no campo das artes, e vem se especializando ao longo da História. Possui métodos próprios que incluem a pesquisa e a seleção aprofundada de obras relacionadas a um campo temático – um assunto ou um período histórico – a um artista, grupo de artistas ou escola. A intenção do curador geralmente é fornecer elementos ou informações sobre um conjunto de obras de arte a fim de aguçar os sentidos e o interesse do visitante de uma exposição ou instalação e, ao mesmo tempo, provocar uma leitura que extrapola a experiência imediata entre a obra e o visitante. De certa forma, a curadoria cumpre um papel de mediação entre as obras ou objetos de arte e o observador/leitor/visitante. Nesse sentido, é possível afirmarmos, em certa medida, que a curadoria exerce função pedagógica a favor da apreensão ou aprendizagem sobre uma obra de arte, coleção ou exposição. No entanto, essa ação de mediar, segundo Martins (2006), não deve ser entendida como estar entre a obra e alguém que não sabe, mas sim como alguém que há de passar pela experiência de saber. A fim de esclarecer melhor essa ideia da mediação no campo das artes, a autora retoma o conceito de artista-propositor criado por Lygia Clark e Hélio Oiticica, que “pretende descolar o professor do olhar executor, vendo-o como aquele que propõe a experiência com problematizações e escolhas, gerando “estados de invenção” (MARTINS, 2006; p. 16).

A atividade do curador vem se transformando ao longo da História, desde aquela relacionada com a exposição clássica em museus até as modernas instalações artísticas que oferecem ao visitante experiências diversificadas no que se refere à ativação de sentidos para além da visão contemplativa. Essa transformação fica mais evidente nas instalações artísticas de artistas contemporâneos que utilizam diversos recursos audiovisuais para apresentar suas obras, ou até mesmo recursos que integram o próprio processo de criação de suas obras – por exemplo, a fotografia digital e a computação gráfica. Mas o que precisa ser ressaltado nesta questão envolvendo o aspecto pedagógico e de aprendizagem da curadoria é que raramente o curador expõe o seu próprio processo de aprendizagem ao organizar uma

exposição. Analogamente, dificilmente um professor descreve para os seus alunos seus próprios métodos ao preparar uma aula – aulas são geralmente ministradas, e baseadas na ideia de conhecimentos acabados a serem transmitidos, cujos métodos de produção geralmente são tomados como inquestionáveis ou são até mesmo desconhecidos. Com base na proposição de Freire (1985) de que se aprende ao se ensinar, não seria o caso de se pensar a curadoria como um processo de socialização das aprendizagens? Como podemos pensar a curadoria em relação aos processos educacionais?

A origem do termo curadoria (lat. *curatore*) no contexto das artes revela alguns elementos de análise interessantes do ponto de vista pedagógico. Ao curador, no sentido clássico da função, cabia cuidar (curar) as obras sob sua responsabilidade. Atualmente, o termo curadoria tem seu significado ampliado para além das questões envolvendo apenas o cuidado. Desde a seleção das obras e autores, até a pesquisa de cunho historiográfico ou da própria constituição e criação das obras, ao se exercer a curadoria, diversos processos se instauram no sentido de produzir sentidos sobre o que foi selecionado, tanto do ponto de vista estético quanto epistemológico. Retomando a ideia trazida por Martins a partir de artistas destacados, do ponto de vista pedagógico a ideia de promover “estados de invenção” vai ao encontro do que temos discutido no contexto de nossas pesquisas relacionadas à educação *on-line*.

Desde o surgimento da *Web* e, principalmente, das mídias sociais digitais, as pessoas têm selecionado conteúdos para tornar público, agregando na forma de *blogs*, *microblogs* e *fan pages* conteúdos que encontram ou recebem de sua rede de relacionamentos e que entendam ser do interesse de seus seguidores. A *Web* está repleta de pessoas que se dedicam a selecionar e divulgar suas listas de favoritos e coletâneas de acordo com critérios diversos e não necessariamente organizados segundo uma lógica rígida, mas geralmente orientados ao seu público virtual, observando se suas publicações são replicadas, curtidas ou *reblogadas*. Eis aqui um elemento fundamental que revela a importância de se pensar a curadoria no contexto da educação *on-line*, pois pode vir a se

constituir numa metodologia de ensino e de aprendizagem que se baseia na premissa do estabelecimento de redes de leitores/observadores/seguidores/visitantes para quem se deseja comunicar ou informar. Nesse sentido, para a prática da curadoria é imprescindível o reconhecimento da aprendizagem como função da socialização, uma prática social em essência.

## Para uma curadoria aberta dos espaços e objetos públicos

Até o momento, apresentamos a ideia de curadoria como inspiradora de uma proposta de prática pedagógica orientada para a socialização das aprendizagens. Neste momento, procuraremos contextualizar essa proposta no âmbito das possibilidades que as tecnologias digitais móveis e sem fio (TDMSF) oferecem, bem como ampliar a discussão sobre a curadoria para além do campo das artes, focando mais objetivamente o campo da educação, especialmente na modalidade on-line.

Conforme apresentamos no início deste ensaio, por motivos diversos, o modelo de saturação tecnológica adotado em algumas iniciativas governamentais tem esbarrado principalmente nos problemas de infraestrutura de acesso à internet. No entanto, vários projetos municipais, principalmente nos grandes centros urbanos e regiões metropolitanas, têm buscado implementar o acesso gratuito à Web em locais de maior atividade cultural e de lazer. Assim, à medida que se amplia a noção de que o acesso à internet é um direito, espera-se que as políticas públicas ampliem também os investimentos em infraestrutura, de modo que não sejam apenas as escolas e as universidades as únicas responsáveis por prover o acesso à internet. Essa premissa relativa ao acesso em espaços públicos surge como necessidade premente para a implementação de propostas que pretendam tirar o máximo proveito da ideia que envolve a mobilidade, no sentido de provocar experiências educacionais para além do modelo orientado pelo uso de desktops e laboratórios de informática educativa (LIE), extrapolando o contexto das salas de aula dos espaços escolares e universitário.

Mas o que exatamente consistiria uma curadoria aberta dos espaços e objetos públicos? A premissa básica que tem norteado nossas discussões com professores das redes pública e privada está na ideia de ressignificar o espaço escolar e universitário a partir de movimentos de abertura para o seu entorno – para a cidade e para a discussão sobre o desenvolvimento local. Dessa forma, a ideia de curadoria – nesse caso, considerando ambos os sentidos: o sentido estrito do cuidado, e amplo da socialização dos saberes como caminho para as aprendizagens – dos espaços e objetos públicos mediados pelas TDMSF, desponta como possibilidade de catalisar a constituição de redes voltadas para a reflexão sobre o próprio lugar que se vive de forma integrada com as demandas curriculares – das escolas – e da formação de professores – das licenciaturas.

A ideia básica dessa proposta de curadoria consiste em propor um conjunto de ações dirigidas para o reconhecimento do lugar onde se vive – espaços, objetos, pessoas – cartografando os percursos por onde se passa, registrando tudo que nos afeta – atraindo ou provocando repulsa. No primeiro movimento, então, os tablets, netbooks e smatphones servem de instrumentos para a produção de imagens dos objetos – uma casa ou prédio histórico, um cenário, uma rua, seus sons – situações ou problemas – um esgoto aberto, uma praça depredada – e pessoas – um pintor, um trabalhador, uma passeata. Um segundo movimento, nesse processo de reconhecimento dos lugares e objetos públicos, diz respeito a provocar o que fora trazido anteriormente por Martins sobre artista-propositor, mas, nesse caso, aluno-propositor ou professor-propositor. Inspirados pela ideia de proporcionar “estados de invenção”, ao reconhecer objetos, lugares e situações e efetuar o seu registro on-line, o aluno/professor-propositor procura refletir sobre seu suposto leitor/visitante, de forma a provocar novos sentidos sobre esses mesmos lugares, objetos e situações que já não causam mais estranhamento em função da convivência diária. Porém, o processo de publicação on-line, seja através de blogs e da divulgação nas mídias sociais, talvez não seja suficiente para atingir um possível leitor. Nesse caso,

um terceiro movimento (Figura 1) seria o de retorno aos lugares de onde se operou o registro das imagens<sup>4</sup> dos objetos públicos a fim de marcá-los digitalmente. Para tanto, o recurso dos marcadores digitais – por exemplo, os Quick Response Codes (QRCode) – e os aplicativos leitores desses códigos possibilitam a ampliação dos sentidos sobre esses objetos. Uma casa antiga, um banco de praça, um monumento histórico, uma rua podem ter seus sentidos ampliados a partir da produção de links entre os ambientes físicos e o digital que levem a leituras e inscrições diversas sobre tais objetos públicos. Pode-se ter acesso simultâneo às imagens dos objetos in loco e das que foram produzidas em outros momentos distintos. As controvérsias, os problemas, as ideias inspiradoras, enfim, sentidos outros que extrapolam os contextos imediatos, podem ser capazes de produzir novas sinergias entre os atores sociais em relação aos lugares que convivem.

Algumas experiências interessantes sobre a utilização dessas tecnologias têm sido implementadas dentro e fora do Brasil, como o Porto Alegre CC<sup>5</sup> e o ARIS Games.<sup>6</sup> O hibridismo tecnológico digital proporcionado pelos atuais dispositivos digitais, como smartphones e tablets, por meio da integração num só dispositivo de tecnologias para a produção multimídia (microfone e câmera), geolocalizadores (GPS, detectores de movimento) e conectividade por diversos meios (Wi-fi, 3G, Bluetooth, IR), criam novas perspectivas para a socialização, reforçando o entendimento de que não se trata mais de meras ferramentas, mas sim de artefatos culturais que podem promover a socialização de saberes, ampliando pela comunicação os sentidos sobre as coisas, situações e pessoas, injetando movimento na cultura contemporânea.

---

<sup>4</sup> Os registros no formato de fotos e vídeos podem ser criados e marcados geograficamente (*GEO tag*) se houver um GPS integrado ao dispositivo, o que permite o retorno aos locais percorridos e sua visualização nos serviços de mapas on-line (p. ex.: *Google Maps*).

<sup>5</sup> <http://portoalegre.cc/>

<sup>6</sup> <http://arisgames.org/>

*Figura 1 – Marcação digital: o terceiro movimento da curadoria aberta dos espaços e objetos públicos*



**Fonte:** os próprios autores

## Discussão

Ao longo do texto, ao tratarmos da educação on-line e suas tecnologias, e apresentarmos a ideia de curadoria como possibilidade pedagógica nesses contextos, apresentamos alguns termos técnicos e elementos conceituais cuja nomenclatura pode gerar algumas controvérsias. Dessa forma, cabe discuti-los a fim de esclarecer, principalmente, aquilo que não estamos afirmando ou defendendo, mas sim o que estamos problematizando.

O termo mobilidade foi apresentado como importante para a reconfiguração dos espaços de socialização e aprendizagens extraclasse. Se entendermos a mobilidade apenas sob a perspectiva do movimento, do deslocamento dos corpos nos espaços destinados às aprendizagens, não estaremos acrescentando muita coisa aos muitos trabalhos que versam sobre o ensinar e aprender fora da sala de aula. Não se trata simplesmente de sair do espaço escolar ou universitário. O termo mobilidade (ou mobile learning) diz respeito ao uso de tecnologias digitais móveis e sem fio (TDMSF), ou seja, está relacionado ao uso de dispositivos digitais cada vez mais portáteis e integrados às ações cotidianas. Os smartphones são exemplos de dispositivos

através do quais convergem diversas tecnologias que dão suporte à comunicação e o acesso à informação, integrando telas de alta resolução gráfica ao poder de gerar, compartilhar e acessar informações sob diversos formatos (áudio, vídeo, foto, texto, gráficos, entre outros).

Dessa forma, no que diz respeito à educação e às instituições educacionais, considerar a mobilidade envolve outro tipo de deslocamento: o do polo da emissão (LEMOS, 2007). A reconfiguração dos espaços educacionais refere-se à reconfiguração de práticas e saberes, envolvendo tanto as questões pedagógicas e didáticas, quanto epistemológicas e subjetivas. Fundamentalmente, a mobilidade relacionada às TDMSF exige que se considere a comunicação e a socialização como condições da própria aprendizagem, e não apenas como meio para divulgar ou informar sobre resultados, descobertas ou transmitir uma aula. Publicar num blog, do ponto de vista comunicacional, é diferente de publicar no mural da escola. Publicar on-line é abrir espaços de interlocução e participação que extrapola o contexto local e restrito ao qual estamos acostumados. Ao mesmo tempo, é abrir espaço para interlocuções outras que não apenas a do professor, mas também de colegas e de outros atores, estranhos ou não à comunidade escolar ou universitária. O caso “Diário de Classe”<sup>7</sup> – envolvendo a conflituosa relação entre a direção de uma escola pública do Estado de Santa Catarina e uma aluna que criou uma página no Facebook contando sua versão das mazelas que atingiam a escola – ilustra bem o tipo de reconfiguração que o deslocamento e a liberação do polo da emissão pode significar, a partir do momento que não existe apenas a versão oficial da direção da escola sobre seus problemas e demandas. Nesse caso, a mobilidade e as TDMSF podem catalisar mudanças de ordem estrutural, no próprio regime de participação nos processos decisórios de uma instituição, seja ela privada ou pública. Trata-se, também, de uma abertura e exposição extremada do cotidiano, onde ficam borradas as fronteiras do público e o que é de ordem pessoal ou privada, como no caso da divulgação de vídeos não autorizados que visam provocar constrangimento – o chamado bullying digital.

<sup>7</sup> <https://pt-br.facebook.com/DiariodeClasseSC>

No Estado do Rio Grande do Sul, assim como em outros Estados brasileiros, foi aprovada em 2008 uma lei<sup>8</sup> que proíbe, indiscriminadamente, a utilização de celulares dentro da sala de aula em escolas públicas. A lei foi criada para conter os abusos relacionados à interrupção das aulas em função de chamadas telefônicas. No entanto, ainda hoje, com a convergência de funcionalidades dos smartphones, diversos professores sentem-se constrangidos em desenvolver projetos envolvendo mobilidade com o receio de serem denunciados por ilegalidade. Ao mesmo tempo, outros professores e gestores que receiam as possíveis reconfigurações provocadas pela liberação do polo da emissão se nutrem deste dispositivo legal para não fomentar tais projetos.

Assim, a mobilidade proporcionada pelas TDMSF, em uma primeira análise, não é unanimemente considerada como possibilidade pedagógica, logo, é possível encontrarmos contextos de formação de professores que inserem ou não essa discussão em seus processos formativos, seja para a discussão sobre a docência on-line, seja na própria realização desses espaços de formação, como uma tecnologia aplicada ao próprio contexto das licenciaturas.

Outro termo que fizemos referência é a autoria. Da mesma forma, como no caso da mobilidade, entendemos que a autoria encontra na ideia de liberação do polo da emissão novos desdobramentos. O termo autoria em tempos de cibercultura ainda está em busca de novos significados. Copiar, colar, remixar, distribuir, fazer circular ideias e conceitos definitivamente nos colocam diante da necessidade de entender que novas ecologias cognitivas estão se constituindo. E aqui não há nenhuma novidade instaurada pelas tecnologias digitais e a internet, já que o hibridismo é próprio da cultura (LEMOS, 2007). A própria ciência vem se desenvolvendo, principalmente pela possibilidade que a autoria compartilhada possibilita. Cada vez menos se aceita a ideia de autoria como produção exclusiva e unicamente vinculada a uma pessoa, já que, em alguma medida, ao nos inscrevermos socialmente, herdamos elementos previamente constituídos pela

---

<sup>8</sup> Lei n. 12.884, de 03 de janeiro de 2008. <http://www.mprs.mp.br/infancia/legislacao/id3839.htm>

cultura. O que está em jogo, nesse novo cenário, é a velocidade e o alcance global dessas transformações, bem como o perigo iminente de expropriação simbólica operado pelas grandes corporações da mídia digital.

A produção e a veiculação de material instrucional on-line tem chamado a atenção das grandes organizações, sejam elas educacionais ou não. Um exemplo que ilustra bem o fato é a Khan Academy,<sup>9</sup> que começou com a iniciativa de um professor de matemática de publicar videoaulas no serviço Youtube e que, devido ao número de acessos e repercussão positiva, recebeu apoio de uma grande fundação para que a iniciativa prosseguisse. O material permanece com acesso livre, e incentivou a onda crescente de instituições de ensino superior que passaram a disponibilizar on-line acervos bibliográficos, cursos e videoaulas com acesso aberto. Assim como acontece com os livros didáticos, é possível encontrar coisas boas e ruins do ponto de vista epistemológico. O problema é que esse cenário está paulatinamente colocando nas mãos dessas grandes organizações a prerrogativa de distribuir informações e conhecimentos, e o resultado disso, do ponto de vista sociocultural, ainda é uma incógnita. Ao que tudo indica, estamos no “olho do furacão”, tendo apenas uma pequena amostra do que pode vir a ser um novo colonialismo operado pela via universitária.

Se os tais conteúdos curriculares, ao que tudo indica, passarão a contar com uma produção e disponibilização massiva na web por instituições especializadas e reconhecidas nacional e internacionalmente, a ideia de educação fast-food parece estar sendo substituída pelos currículos à la carte. Posso aprender sobre álgebra, aritmética, cinética, magnetismo, romantismo, iluminismo etc., sem que haja necessariamente um ordenamento do quê e quando aprender. Mas, e quando se trata de discutir o por que aprender?

Quando propusemos a ideia de curadoria aberta dos espaços e objetos públicos, de certa forma estamos propondo um movimento de reação e de problematização do papel docente e da própria educação nesse novo contexto. A ideia do professor-

---

<sup>9</sup> <http://www.fundacaolemann.org.br/khanportugues>

-propositor (MARTINS, 2006) emprestada dos estudos sobre curadoria educativa para o ensino de artes, aparece como uma perspectiva fértil no que se refere ao resgate da autoria do professor. Assim como o professor, ao preparar sua aula, de certa forma realiza uma curadoria das informações que pretende disponibilizar aos seus alunos, a curadoria aberta, no contexto da educação on-line, amplia a noção de aula, reposicionando o ensino e as aprendizagens como estratégia de socialização que coloca a comunicação, a participação e a interatividade na centralidade desse processo. Ao propor um olhar crítico e atento para o lugar, as pessoas e objetos em comum, a curadoria aberta insere algumas dimensões da cidadania que, em geral, não são abordadas pelos materiais didáticos e instrucionais voltados exclusivamente para a aprendizagem de conceitos. Nesse sentido, ao quê e ao quando, acrescenta-se o por que aprender. A perspectiva da curadoria aberta, associada à ideia do professor-propositor, constitui-se como um caminho possível no sentido de reorientar e ressignificar a atividade docente num contexto que paulatinamente caminha na direção da expropriação desta função, em favor de um tecnicismo que padroniza e automatiza processos e saberes. Expropriação essa que é, entre outras razões, fruto de um processo global e crescente de desterritorialização de práticas e saberes em função das pautas econômicas impostas pelo capitalismo.

## Considerações finais

Ao longo do que apresentamos no presente ensaio, consideramos que a ideia de uma curadoria aberta dos objetos e espaços públicos mediada pelas TDMSF pode vir a se constituir como uma promissora prática de pesquisa e intervenção nos contextos educacionais, mais particularmente falando, nos contextos que dispõem de conectividade com a Internet e de dispositivos digitais móveis.

O conceito de curadoria produzido no campo das artes, associado à ideia de proporcionar “estados de invenção”, articula-se muito bem com o campo da educação, à medida que pode inspirar uma epistemologia e uma prática pedagógica nos contextos edu-

cionais capazes de superar as pressões e apelos de consumo e mercantilização do conhecimento. A curadoria, entendida como prática de socialização e mediação de saberes, carrega de potência as experiências de aprendizagem no contexto da educação on-line.

Consideramos que a proposta de uma curadoria aberta dos espaços públicos mediada pelas TDMSF vem ao encontro da necessidade de se pensar metodologias que não fiquem restritas ou atreladas à ideia de software educacional ou de um tecnicismo que pretende destituir a docência em favor de sistemas que pretendem a automação de processos e a padronização dos saberes e práticas pedagógicas. Assim, essa proposta pode converter-se em prática que extrapola o determinismo das interfaces digitais, já que incorpora preceitos da cultura digital e da socialização a partir de uma lógica propositiva e participativa nos meios digitais.

## Referências

FREIRE, P.; FAUNDEZ, A. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GENTILI, P. A macdonaldização da escola: a propósito de “Consumindo o outro”. In: COSTA, M. V. (org.). **Escola básica na virada do século: cultura, política e educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

LAPA, A.; PRETTO, N. L. Educação a distância e precarização do trabalho docente. **Em aberto**, Brasília, v. 23, n. 84, p. 79-97, nov. 2010.

LEMONS, A. **Cibercultura: Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

LEMONS, A. Cibercultura como território recombinante. In: TRIVINHO, E.; CAZELOTO, E. (org.). **A cibercultura e seu espelho: campo de conhecimento emergente e nova vivência humana na era da imersão interativa**. São Paulo: ABCiber, Instituto Itaú Cultural, 38-46, 2009. Disponível em: <[http://abciber.org/publicacoes/livro1/a\\_cibercultura\\_e\\_seu\\_espelho.pdf](http://abciber.org/publicacoes/livro1/a_cibercultura_e_seu_espelho.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2012.

MARTINS, M. C. (Coord.). Curadoria educativa: inventando conversas. **Reflexão e Ação** – Revista do Departamento de Educação/UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul, vol. 14, n. 1, jan./jun. 2006, p. 9-27.

MARTINS, M. C.; PICOSQUE, G. Travessias para Fluxos desejantes do professor-propositor. In: OLIVEIRA, Marilda O. **Arte, educação e cultura**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.

SANTOS, E. Educação online para além da EAD: um fenômeno da cibercultura. In: SILVA, M. et al. (orgs.) **Educação online**: cenário, formação e questões didático-metodológicas. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2010. p. 29-48.

SILVA, M. (org.). **Educação online**. São Paulo: Loyola, 2003.

THURLER, L. Acesso à rede é direito humano básico, diz ONU. **Observatório da Imprensa**, Campinas, edição 645, 7 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/acesso-a-rede-e-direito-humano-basico-diz-onu#>>. Acesso em: 15 fev. 2013.